

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Poço Fundo S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	15
5. DEPÓSITOS JUDICIAIS	15
6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	16
7. FORNECEDORES.....	17
8. TRIBUTOS	17
9. ENCARGOS REGULATÓRIOS	18
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
11. RECEITA.....	19
12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	19
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	20
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	21
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	21
17. ATAQUE CIBERNÉTICO	23
18. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	23
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	25
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de R\$1.402 mil, dividido em 1.402.000 (um milhão, quatrocentos e duas mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um prejuízo de R\$69 mil em 2020, em comparação ao resultado positivo de R\$1.555 mil no exercício de 2019. A Companhia não obteve receita por fornecimento de energia, considerando que ela se encontra em fase pré-operacional. É aguardada a anuência da Aneel para transferência dos ativos da PCH Poço Fundo, sendo o resultado do exercício de 2020 decorrente do resultado financeiro líquido. Em 2019, o resultado foi predominantemente decorrente dos créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, deduzidos das despesas do exercício.

Receita operacional

Em 2020, a empresa encontrava-se em fase pré-operacional, se estruturando para a ampliação da potência instalada da PCH Poço Fundo.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$47 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$84 mil antes dos efeitos fiscais, representando 55,95% de alíquota efetiva. Comparativamente, no exercício de 2019, a Companhia apurou o montante de R\$765 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$2.320 mil antes dos efeitos fiscais, representando 32,97% de alíquota efetiva.

A Companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração seus tributos no exercício de 2020.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2020, o LAJIDA foi negativo em R\$206 mil (R\$1.147 mil positivo em 2019) conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2020	2019	Var. %
Resultado líquido	(69)	1.555	-
Despesa de IR e CS	47	765	(93,86)
Resultado financeiro	(189)	(1.175)	(83,91)
Depreciação e amortização	5	2	150,00
LAJIDA	(206)	1.147	-

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5	623
Tributos compensáveis	4a	-	125
Imposto de renda e contribuição social	4b	-	962
Serviço em curso		-	114
Outros créditos		34	8
TOTAL DO CIRCULANTE		39	1.832
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social	4	1.579	4
Tributos compensáveis	4a	1.693	1.664
Depósitos judiciais	5	783	771
Imobilizado		5	8
Direito de uso	6	75	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.135	2.447
ATIVO TOTAL		4.174	4.279

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	32	8
Impostos, taxas e contribuições	8a	41	34
Imposto de renda e contribuição social	8b	2	-
Encargos regulatórios	9	-	76
Dividendos a pagar	10	-	294
Partes relacionadas	6	18	-
Passivo de arrendamento	6	9	-
TOTAL DO CIRCULANTE		102	412
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	9	34	71
Dividendos a pagar	10	294	-
Imposto de renda e contribuição social	8b	-	50
Provisões		13	13
Passivo de arrendamento	6	67	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		408	134
TOTAL DO PASSIVO		510	546
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	1.402	1.402
Reserva de lucros		2.262	2.331
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.664	3.733
PASSIVO TOTAL		4.174	4.279

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	11	-	994
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS DE OPERAÇÃO	12		
Depreciação e amortização		(3)	(2)
Provisões		-	(13)
		(3)	(15)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(3)	979
DESPESAS OPERACIONAIS	12		
Despesas gerais e administrativas		(84)	(73)
Outras despesas operacionais		(124)	239
		(208)	166
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(211)	1.145
Receitas financeiras	13	250	1.178
Despesas financeiras	13	(61)	(3)
		189	1.175
Resultado antes dos impostos		(22)	2.320
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(47)	(878)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	113
RESEULTADO DO EXERCÍCIO		(69)	1.555
Resultado básico e diluído por lote de mil ações – R\$		(49,22)	169,91

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(69)	1.555
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(69)	1.555

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	16.902	483	293	-	17.678
Redução do capital social	(15.500)	-	-	-	(15.500)
Resultado do exercício	-	-	-	1.555	1.555
Destinação do lucro proposto à AGO:					
Retenção de lucros	-	-	1.555	(1.555)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.402	483	1.848	-	3.733
Prejuízo do exercício	-	-	-	(69)	(69)
Absorção de prejuízos	-	-	(69)	69	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.402	483	1.779	-	3.664

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	(69)	1.555
Ajustes por:		
Depreciação	3	2
Amortização direito de uso (Nota 6)	2	-
Juros passivo de arrendamento (Nota 6)	8	-
Variação monetária sobre depósitos judiciais (Nota 13)	(12)	(21)
Variação monetária de tributos compensáveis	(105)	(127)
Provisões	-	13
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 14)	-	(113)
Baixa de tributos compensáveis	154	-
	(19)	1.309
(Aumento) Redução de ativos		
Tributos compensáveis (Nota 4)	201	(1.664)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 4)	(767)	538
Outros créditos	11	-
	(555)	(999)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 7)	24	(254)
Encargos regulatórios (Nota 9)	(113)	2
Impostos, taxas e contribuições	7	14
Imposto de renda e contribuição social	502	114
Partes relacionadas	18	-
Outras obrigações	77	-
	515	(124)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(59)	186
Imposto de renda e contribuição social pagos	(550)	(172)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(609)	14
FLUXOS DE CAIXA PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários	-	12.866
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	12.866
FLUXOS DE CAIXA PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução de capital social	-	(15.500)
Arrendamentos pagos (Nota 6)	(9)	-
Dividendos pagos	-	(434)
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9)	(15.934)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(618)	(3.054)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	623	3.677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	5	623
	(618)	(3.054)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia” ou “Poço Fundo”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT, constituída em 06 de abril de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, Subsolo 1, Sala 7, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia, anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A. (“Barreiro”), tinha por objetivo a produção e comercialização de energia termelétrica em regime de produção independente, através da exploração da central termelétrica denominada “UTE Barreiro”, localizada nas instalações da Vallourec Tubos do Brasil S.A. (Vallourec), município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em 1º de agosto de 2001, a Companhia assinou contrato com a Vallourec pelo prazo de 20 anos a partir de 2004, data da entrada em Operação Comercial da usina, com o objetivo de regular as relações técnicas, financeiras e comerciais, referente ao fornecimento de energia para as instalações industriais daquela empresa. Em virtude da mudança de parte da produção da Vallourec para a unidade de Jeceaba-MG, não foi possível produzir energia com o insumo Gás de Alto Forno, fornecido pela unidade Barreiro, e o contrato comercial foi suspenso em julho de 2016.

No dia 30 de novembro de 2016, foi realizado leilão para alienação dos ativos da UTE Barreiro, tendo como ganhador a Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. O valor total arrematado no leilão foi de R\$33.738 mil, já recebido integralmente até a data de 31 de dezembro de 2017.

Após a realização do leilão dos ativos em 2016, a UTE Barreiro e a Vallourec Tubos do Brasil celebraram termo de Resilição do contrato de fornecimento de energia. Em maio de 2017, foi revogada pela ANEEL a Autorização para a exploração da UTE Barreiro por meio da Resolução Autorizativa nº 6.382/2017.

Em fevereiro de 2019, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$15.500, uma vez que a empresa não estava operacional.

Em agosto de 2019, devido à ausência de operação da Usina Termelétrica Barreiro S.A., a Cemig decidiu alterar a razão social da Companhia para Cemig Geração Poço Fundo S.A.

A Cemig Geração Poço Fundo S.A. tem por objeto social a produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica Poço Fundo, localizada no Rio Machado, no município de Poço Fundo, estado de Minas Gerais.

Em 2020, a empresa encontra-se em fase pré-operacional, se estruturando para a ampliação da potência instalada da PCH Poço Fundo, e a operação e manutenção da usina até o término da concessão em 05/2045, conforme resolução autorizativa nº 7.598 de 2019.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. Essas alterações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros

“Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras da Companhia não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes. Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os depósitos judiciais, fornecedores e passivo de arrendamento.

b) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60 em cada trimestre.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

d) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Bancos conta movimento	-	11
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	5	612
TOTAL	5	623

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi 88,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (entre 85% e 95% em 31 de dezembro de 2019) conforme operação.

4. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

a) Impostos, taxas e contribuições a compensar

	2020	2019
Circulante		
ICMS	-	1
PIS/Pasep	-	22
Cofins	-	102
	-	125
Não circulante		
PIS/Pasep (1)	302	297
Cofins (1)	1.391	1.367
	1.693	1.664
Total	1.693	1.789

(1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2020	2019
Circulante		
Imposto de renda	-	725
Contribuição social	-	237
	-	962
Não circulante		
Imposto de renda	1.192	3
Contribuição social	387	1
	1.579	4
Total	1.579	966

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2020	2019
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	783	771
Total	783	771

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	2020	2019
Imóveis	75	-
	75	-

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	77
Amortização	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	77
Juros incorridos	8
Pagamentos efetuados	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	76
Passivo circulante	9
Passivo não circulante	67

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental das empresas do Grupo Cemig, baseada nas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados em 2019 e 2020		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

7. FORNECEDORES

	2020	2019
Circulante		
Materiais e serviços	32	8
Total	32	8

8. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2020	2019
Circulante		
PIS/Pasep	6	5
Cofins	35	29
Total	41	34

b) Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Circulante		
Imposto de renda	1	-
Contribuição social	1	-
Total circulante	2	-
Não circulante		
Imposto de renda	-	37
Contribuição social	-	13
Total não circulante	-	50
TOTAL	2	50

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2020	2019
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	76
Total do circulante	-	76
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	34	71
Total do não circulante	34	71
TOTAL	34	147

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social era de R\$1.402, representado por 1.402.000 (um milhão, quatrocentos e duas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2020	2019
Reservas de lucros		
Reserva legal	483	483
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	293	293
Retenção de lucros	1.486	1.555
	<u>2.262</u>	<u>2.331</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2020, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Dividendos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía capacidade financeira para efetuar o pagamento dos dividendos anteriormente propostos. A liquidação dos dividendos ficará condicionada ao recebimento de aportes por parte da controladora após a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão da PCH Poço Fundo, confirmando a transferência de titularidade dessa concessão. Caso a Companhia não receba aportes, será proposto à AGO que o dividendo obrigatório apresentado no passivo exigível da Companhia retorne ao patrimônio líquido, de forma a ser liquidado quando a Companhia possuir capacidade financeira.

Aumento de capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2020, a reserva legal excede 20% do capital social e que a soma das reservas é superior ao capital social, a Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de utilização da reserva legal para aumento do capital social, no montante de R\$483, conforme art. 193 da Lei 6.404/76.

11. RECEITA

	2020	2019
Recuperação de créditos de PIS/PASEP e COFINS	-	994
Receita operacional líquida	-	994

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Convênio de compartilhamento	14	-
Serviços de terceiros (a)	72	73
Depreciação	5	2
Provisões	-	13
(-) Recuperação de despesas (1)	(9)	(243)
Baixa líquida de tributos	124	-
Outras	5	4
Total	211	(151)
Custo total	3	15
Despesa operacional (reversão)	208	(166)
TOTAL	211	(151)

(1) A Companhia realizou a reversão de despesas relativas a operações junto à CCEE e a locação de imóvel, em virtude da não exigibilidade das obrigações correspondentes a essas despesas.

a) Serviços de terceiros

	2020	2019
Auditoria externa	28	26
Publicações legais	13	45
Serviços advocatícios	26	-
Outros	5	2
Total	72	73

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	12	405
Variação monetária de depósitos judiciais	12	21
Variação monetária de tributos compensáveis	105	127
PASEP e COFINS incidente sobre receitas financeiras	92	(44)
Atualização de créditos de PASEP/COFINS sobre ICMS	29	669
	<u>250</u>	<u>1.178</u>
Despesas financeiras		
Multas s/ tributos	(52)	(1)
Juros passivo de arrendamento	(8)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(2)
	<u>(61)</u>	<u>(3)</u>
Resultado financeiro	<u>189</u>	<u>1.175</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2020	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	25	25
Outras receitas financeiras	146	146
Base de cálculo - Lucro Presumido	<u>171</u>	<u>171</u>
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	26	15
Adicional (10%) (1)	6	-
IR e CS - Lucro Presumido	<u>32</u>	<u>15</u>
Corrente	32	15

(1) O adicional de imposto de renda é calculado sobre o valor excedente a R\$60 da base de cálculo trimestral do lucro presumido. Apesar da base de cálculo do exercício de 2020 não ter sido superior a R\$240, no segundo trimestre de 2020, a base de cálculo superou R\$60.

	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.320
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	<u>765</u>
Imposto de renda e contribuição social despesa efetiva	765
Alíquota efetiva	32,96%
Corrente	878
Diferido	(113)

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2020	2019	2020	2019
Controlador				
Cemig Geração e Transmissão				
Circulante				
Convênio de compartilhamento (1)	18	-	(18)	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	294	294	-	-

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	2020	2019
Remuneração	1	-
Total	1	-

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2020		2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Depósitos judiciais	2	783	783	771	771
		<u>783</u>	<u>783</u>	<u>771</u>	<u>771</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	5	5	612	612
		<u>5</u>	<u>5</u>	<u>612</u>	<u>612</u>
		<u>788</u>	<u>788</u>	<u>1.383</u>	<u>1.383</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(32)	(32)	(8)	(8)
Arrendamentos	2	(76)	(76)	-	-
		<u>(108)</u>	<u>(108)</u>	<u>(8)</u>	<u>(8)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em

mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

17. ATAQUE CIBERNÉTICO

Em 25 de dezembro de 2020, a Companhia bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreram um ataque cibernético de ransomware que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Nesse contexto, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, foram tomadas medidas para combater o acesso e eventual uso indevido dos dados, incluindo investigações e auditorias dos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aporte Cemig GT

Em janeiro de 2021, foi aprovado pela Cemig GT um aporte de R\$200 para pagamento de despesas pela Companhia, classificado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

Em março de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a integralização do AFAC, passando a ser R\$1.602 o capital social da Companhia.

Transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo

Em 23 de fevereiro de 2021, por meio da Resolução Autorizativa 9.735 de 2021, a Aneel autorizou a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig GT para a Cemig Geração Poço Fundo. A formalização da transferência deverá ser concluída mediante a assinatura de termo aditivo ao Contrato de Concessão de Geração 02/2013.

* * * * *

Paulo Mota Henriques
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora - CRC - MG 77.839

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Poço Fundo, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2020, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2021.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2021.

Melissa Barcellos Martinelle

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig Geração Poço Fundo S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Poço Fundo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Poço Fundo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0